



COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA E DUPLA ARTICULAÇÃO DEPENDENTE: A DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Antagonistic cooperation and double dependent articulation: the dynamics of fighting classes in Brazil

Cristiane Luiza Sabino Souza*



RESUMO

Este artigo pretende trazer em debate um referencial teórico peculiar sobre o movimento do capital na América Latina. Dialogicamente, nos apropriamos de parte das contribuições de dois intelectuais brasileiros, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, estes a partir da tradição marxiana, do rigor do método e da práxis, da realidade concreta vivida em seus territórios e contra as interpretações da hegemonia intelectual da década de 1960, renovaram interpretações sobre tal realidade, num território submerso nas paisagens históricas do subdesenvolvimento, ou capitalismo dependente. Buscamos explicitar a atualidade das contribuições desses autores para a compreensão da realidade no capitalismo dependente. Traremos em foco as categorias *dupla articulação dependente* (Fernandes) e *cooperação antagônica* (Marini), as quais são apresentadas em diálogo, de modo a evidenciar sua proximidade para a compreensão das contradições de classe sob a dependência estrutural. Por fim, abordaremos elementos de análise da conjuntura atual, com vistas a corroborar à centralidade das teses desses estudiosos sobre a dependência latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo dependente. Dupla articulação dependente. Cooperação antagônica. Florestan Fernandes. Ruy Mauro Marini.

* Assistente Social. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. (Ufes, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, 514, Campus de Goiabeiras, Vitória (ES), CEP.: 29075-910. E-mail: <crisabino1@hotmail.com>.

ABSTRACT

This article brings to the debate a peculiar theoretical reference on the movement of capital in Latin America. Dialogically, we appropriated part of the contributions of two Brazilian intellectuals who, starting from the Marxian tradition, from the rigor of method and praxis, started from the concrete reality lived in their territories and against the interpretations of the intellectual hegemony of the 1960s, to renew the interpretations about such reality, in a territory submerged in the historical landscapes of underdevelopment, or dependent capitalism. We seek to make explicit the contributions of Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini to the understanding of reality in dependent capitalism. The categories double dependent articulation (Fernandes) and antagonistic cooperation (Marini) are presented in dialogue, in order to show their closeness to the understanding of class contradictions under structural dependence. And finally, we will bring elements of analysis of the current conjuncture, in order to corroborate the centrality of these theses on Latin American dependence.

KEYWORDS

Dependent capitalism. Double articulation dependent. Antagonistic cooperation. Florestan Fernandes. Ruy Mauro Marini.

Submetido em: 25/10/2017

Aceito em: 3/12/2017

INTRODUÇÃO

Neste artigo trazemos o debate de um referencial teórico peculiar sobre o movimento do capital na América Latina. Para fazê-lo, mostraremos os esforços de intelectuais que beberam da fonte do marxismo no rigor do método e da práxis e partiram da realidade concreta vivida em seus territórios, sendo contra às interpretações da hegemonia intelectual da década de 1960¹. Esses teóricos, renovaram as interpretações sobre a realidade concreta deste território, o qual encontra-se, historicamente, submerso nas paisagens históricas do subdesenvolvimento, num momento em que as ideologias do desenvolvimento, propagadas em coaduno com os interesses imperialistas, estavam fortemente

¹ Protagonizada pelos intelectuais aglutinados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Inácio Rangel e Celso Furtado, e pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que traziam as interpretações do marxismo e era hegemônico no campo da esquerda. Contra dita hegemonia surge Escola da Dependência, da qual fazia parte Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra, e outros, os quais trazem a análise do subdesenvolvimento e do desenvolvimento numa outra perspectiva, já no início da década de 1960. A inflexibilidade de Florestan Fernandes em relação às interpretações dos dois primeiros grupos, já demarcada nos seus primeiros estudos com a crítica ao desenvolvimentismo, na década de 1960, se mais explícita a partir na década de 1970, quando, após ser exilado em 1969, ele passa a dar grande centralidade ao debate da dependência latino-americana e ao marxismo nos seus estudos.

impreganadas no pensamento social e econômico latino-americano.

A escolha de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes² na busca de elementos explicativos dessa realidade não é aleatória. Ao contrário, assenta-se na confluência de suas reflexões em dois pontos essenciais, a saber: 1) na perspectiva política que direcionou tais autores na sua construção teórica, com o evidente posicionamento dos mesmos junto às lutas populares pela construção de uma sociedade verdadeiramente independente dos desmandos do capital financeiro monopolista – opção política que nos inspira, instiga e convida ao diálogo; e 2) no rigor teórico-metodológico que lhes permitiu uma elaboração singular sobre a realidade latino-americana e, de modo ainda mais profundo, das particularidades brasileiras, principalmente, no contexto marcado pelos governos ditatoriais latino-americanos que os conduziu a um posicionamento de classe ante uma posição mais teórica tomada até então.

Por um lado, o rigor nas contribuições de Marini, arraigado no materialismo histórico dialético, resultou num conteúdo imprescindível para a compreensão da realidade da América Latina, no qual a crítica marxista da economia política torna-se central. Por outro, na investigação sociológica de Fernandes, sua opção política junto à classe trabalhadora e sua inflexibilidade teórico-política demarcada pelos acontecimentos do período militar que o lançaram no exílio em 1969, deixaram como legado uma densa obra que buscou desmistificar o padrão do desenvolvimento capitalista dependente, bem como questionar seus rumos, com especial atenção às classes sociais, sua constituição e sua ação histórica.

É importante ressaltar que o debate sobre a situação estrutural de dependência demarcada pelo subdesenvolvimento dos países latino-americanos, no qual se inscrevem as contribuições de Marini e Fernandes, constituiu-se de forma ampla, com equívocos e divergências entre muitos intelectuais, principalmente a

² A produção desses dois autores é de extrema importância e traz elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica socioeconômica e política da América Latina na atualidade, mas não esgota, de modo algum a complexidade do debate elencado, tampouco a esgota as elaborações presentes neste artigo.

partir da década de 1960, cujo debate acerca da dependência e o subdesenvolvimento. De modo geral, os debates buscaram explicar o subdesenvolvimento/desenvolvimento do capitalismo na América Latina, no contexto do Pós Segunda Guerra Mundial, onde os países imperialistas, sob a hegemonia estadunidense, buscavam realizar entre si consensos para a expansão do seu processo de acumulação do capital e a reordenação da necessária dominação e exploração de todo o globo. Neste contexto, importava tanto para os intelectuais da Escola da Dependência, quanto para Florestan Fernandes, saber qual era a real situação dos países periféricos/subdesenvolvidos frente à reordenação das relações internacionais e os rumos históricos que lhes eram possíveis.

Marinier Fernandes construíram mediações, cada uma a seu modo, que nos possibilitam relacionar a totalidade das contradições inerentes ao capital e as determinações específicas dessas contradições na América Latina, mediadas pela diversidade de manifestações sócio-históricas imanentes de dito território, particularmente a partir da sua invasão pelos Europeus, em 1492.

Marini deu centralidade ao método do marxiano e da Teoria do Valor, de Marx, sua obra tem a crítica da economia política e a construção da mesma para a realidade latino-americana, seu principal eixo. Já Florestan, no seu empreendimento único na construção de uma sociologia crítica que possibilitasse à compreensão das particularidades deste território, tem como centro de sua análise as relações entre as classes sociais e a política. Com base na leitura dialógica dos principais textos de ambos sobre a dependência latino-americana, explicitaremos os elementos centrais para a análise da particular reprodução social, inerente ao desenvolvimento capitalista dependente, o qual é entendido como:

[...] processo de modernização conservadora e disparador da essência da desigualdade combinada que lhe é inerente, frente à aparência de progresso, industrialização, urbanização – como reprodutor e exacerbador das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, à medida que, por ser desigual, o próprio metabolismo do desenvolvimento do capital se particulariza a partir

das condições da formação sócio-histórica de cada lugar onde se enraíza sua produção-reprodução (SOUZA, 2016, p. 20).

No Brasil, assim como em toda a América latina, a categoria dependência explicita as particularidades do *desenvolvimento desigual*, inerente ao modo de produção capitalista em suas diferentes fases. A dependência narra o caráter indissociável entre a forma-conteúdo de reprodução social tanto do desenvolvimento em geral do capitalismo, cuja matriz, desigual e combinada explicita a gênese e desdobramento histórico da particularidade latino-americana. De acordo com Marini (2011), tal característica se reproduz no contexto em que a dominação imperialista, inerente ao capitalismo monopolista define, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), as funções de cada rincão do planeta na produção social geral da riqueza capitalista. A dependência, então, deve ser entendida como “[...] relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 141). Nesse mesmo sentido, Fernandes (2008) aponta que, de forma diferente das nações hegemônicas, “As economias nacionais dependentes organizam-se basicamente em função de condições, oportunidades e limitações, impostas pelo mercado mundial e, através dele, pelas economias a que se articulam em posição heteronômica” (MARINI, 2001, p. 38).

Em síntese, a partir do diálogo entre os estudiosos³ da categoria dependência, afirmamos que a mesma explicita a desigualdade inerente ao capitalismo, a qual se acentua continuamente dada a necessidade constante de valorização do capital (MARX, 2003). Além disso, cria também distintas relações contraditórias, tanto manifestas na concorrência entre os capitais individuais, como na disputa de poder entre as burguesias das nações centrais e periféricas, demarcando uma expressiva particularidade da relação entre as classes dominantes e a classe trabalhadora da periferia.

A respeito da relação entre as classes burguesas e a trabalhadora nos países dependentes, é importante ressaltar que, inscrita na totalidade do antagonismo entre capital-trabalho, ela é

³ Marini (2011; 2012); Fernandes (2006; 2008); Mandel (1985); Osorio (2012)

determinada também, em sua particularidade, pelas articulações antagônicas que sustentam a dependência. Em outros termos, a luta de classes na América Latina reflete o *desenvolvimento desigual do capital*⁴, cuja síntese na relação entre os capitais centrais e periféricos é a transferência de valor destes para aqueles. Outro ponto a destacar é que os movimentos realizados pelas burguesias internas, procura compensar suas perdas nas relações externas através da superexploração da força de trabalho, como afirmara Marini (2011). Tais determinações implicam na constatação de que os mecanismos de exploração e opressão da classe trabalhadora são, em correspondência a dita situação, ainda mais perversos em sua particularidade territorial, o que faz com que a classe trabalhadora enfrente, historicamente, desafios ainda maiores na sua constituição enquanto *classe para si*⁵.

Com vistas a buscar a complementariedade nas análises de Florestan e Marini sobre a dependência, destacaremos, neste artigo, as categorias *cooperação antagônica* (Marini 2011; 2012) e *dupla articulação dependente* (Fernandes, 2006). Fazemos isso, pois compreendemos que juntas, numa leitura dialógica, elas nos permitirão que tenhamos uma ampla dimensão explicativa

4 A categoria desenvolvimento desigual perpassa de maneira estrutural o debate aqui exposto. Ela é apanhada por nós a partir das formulações de Ernest Mandel (1985), que, desenvolvendo as elaborações de Leon Trotsky, explicita a dinâmica do capital em âmbito mundial. De acordo com Mandel, é através do mercado mundial (divisão internacional do trabalho) que o capitalismo se estrutura enquanto um sistema mundial desigual e combinado. A própria formação e estrutura do mercado capitalista é fruto da lógica da apropriação privada da produção social de riqueza que, para o autor, deve ser entendido como “[...] um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semi-capitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas e dominadas pelo mercado capitalista mundial” (MANDEL, 1985, p. 32). Sendo assim, a desigualdade entre as nações que o compõe é inerente às próprias relações engendradas pelo capitalismo em suas várias fases, ao longo de mais de trezentos anos. Cada nação cumpre, no intercâmbio comercial realizado no mercado mundial, funções determinadas pela dinâmica necessariamente desigual do modo de produção capitalista como um todo, a partir da lógica determinante da acumulação e valorização do capital.

5 O nosso entendimento de classe para si é apreendido a partir de Marx e Engels, (1998; 2003) que apontam que o proletariado e a riqueza são antíteses, dois lados de um mesmo conjunto e são, portanto, a condição para a existência desse conjunto que se define por propriedade privada. Para manter-se enquanto tal a propriedade privada tem que, necessariamente, manter essa contradição. A propriedade privada ao desenvolver-se cria as condições para sua própria destruição, pois junto ao seu desenvolvimento, condicionado por ele, mas contrário a sua vontade, cria-se o “proletariado enquanto proletariado”, ou seja, um proletariado consciente da posição que ocupa na propriedade privada, consciente de sua miséria física e espiritual e das condições desumanas em que é obrigado a se submeter para manter a propriedade privada enquanto tal. Ao criar o proletariado como parte necessária de sua existência, a propriedade privada cria a condição para sua própria destruição.

da dinâmica da realidade latino-americana, além de reforçar o entendimento acerca dos mecanismos que sustentam a dependência e seu aprofundamento na atualidade, frente ao avanço, ainda mais, destrutivo da dominação imperialista sobre o continente e a (re) ação das burguesias internas na defesa do *status quo*. Tal re(ação), expressa-se na contemporânea crise político-econômica que nos relembra que a autocracia burguesa não se restringiu aos processos fundados em 1964, como mostra Florestan Fernandes (1986), sendo seu mecanismo estrutural. Logo, anterior e posterior ao golpe militar.

O acirrado avanço das burguesias nacionais e internacionais, dupla e antagonicamente articuladas, na disputa do excedente econômico para suprir a valorização do capital escancara, por um lado, a desigualdade política, social e econômica entre as classes. Por outro, coloca na pauta do dia, a necessidade imediata de uma organização radical da classe trabalhadora, sem a qual, não serão apenas as parcas e seletivas conquistas de direitos que serão violadas, mas, sobretudo, os mecanismos de sustentação da dependência – superexploração e desigualdade – se aprofundarão de forma brutal e de reversão ainda mais difícil.

Neste artigo, em primeiro lugar apresentamos as categorias *dupla articulação dependente* (Fernandes) e *cooperação antagônica* (Marini), de modo a evidenciar a proximidade entre ambas na análise do capitalismo dependente no Brasil, ao captarem as relações desiguais entre as burguesias nacionais no Brasil. Posteriormente, abordamos a atualidade das contribuições desses intelectuais na compreensão das raízes históricas do conflito de classe, que se complexifica, em suas manifestações contemporâneas. Apresentaremos, também, um breve apanhado das complexas transformações conduzidas pelo capital monopolista e que, para toda a América Latina, resultou no acirramento da dependência, no estrangulamento econômico atrelado às impagáveis dívidas públicas e no bloqueio a qualquer possibilidade de autonomia, frente à política neoliberal. Por fim, mas não menos importante, pretendemos traçar elementos de análise da conjuntura atual latino-americana no contexto de acirramento da crise do capital, com vistas a corroborar a centralidade das teses destes autores sobre a dependência estrutural.

DUPLA ARTICULAÇÃO DEPENDENTE E COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA: RELAÇÕES DESIGUAIS E COMBINADAS ENTRE BURGUESIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.

Para Fernandes (2006), o desenvolvimento capitalista no Brasil tem sua dinâmica arraigada na *dupla articulação* dependente, mecanismo que expõe a dependência como condição estrutural tanto nas relações externas dos capitais nacionais com as nações imperialistas, quanto entre as classes dominantes internas. Desta articulação resulta o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, o que imprime na particularidade das condições internas da realidade brasileira, processos que se expressam através da superexploração⁶ da força de trabalho e do monopólio privado da terra, dos meios de produção e do capital no país.

A *dupla articulação dependente* em Fernandes (2006) explicita as relações históricas e as condições estruturais a partir das quais se projetam as condições para o desenvolvimento capitalista dependente. Por *dupla articulação dependente*, podemos sintetizar os seguintes elementos estruturais: 1) articulação externa: entre frações da economia brasileira e as economias centrais, configurando modalidades de dependência (latifúndio monocultor na exportação de bens primários e indústria na dependência tecnológica); 2) articulação interna: entre setores econômicos e suas distintas formas de produção e de superexploração do trabalho (burguesia industrial moderna e oligarquias agrárias assentadas na reprodução de formas arcaicas de produção como meio exploração do trabalho e de extração de valor).

De acordo com Fernandes (2006), a *dupla articulação* não torna independente um termo do outro, ao contrário, os mesmos se articulam dialeticamente como parte da mesma unidade contraditória que molda a desigual estrutura da sociedade brasileira⁷.

6 Aqui optamos por utilizar a palavra superexploração tal qual ela é exposta por Marini (2011) ao categorizar a relação capital x de trabalho no capitalismo dependente. Fernandes, apesar de não empreendido teoricamente a mesma construção categorial, utilizava o termo super exploração ao se referir a tal relação. Entendemos assim que, ao usar o termo superexploração mesmo quando a referência é Fernandes, não criamos nenhum obstáculo ao entendimento.

7 Esta categoria vale para toda América Latina, guardadas as especificidades de cada território, onde a desigualdade das relações das burguesias nacionais com as imperialistas colocam a subordinação e a dependência como realidade estrutural.

É o movimento do capital que constitui a *dupla articulação*. De maneira que a manifestação da dependência estrutural ganha poder explicativo quando é pensada como parte da própria estrutura interna, ou seja, o externo como determinante essencial das contradições internas, componente estrutural que não pode ser extirpado, mantendo-se a estrutura.

A *dupla articulação* impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a *dupla articulação*, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 2006, p. 293).

A categoria *dupla articulação dependente* expressa os limites da autonomia da burguesia nacional, dada a sua projeção limitada e subordinada internacionalmente pela hegemonia do capital financeiro monopolista do século XX, portanto sem autonomia econômica, política ou cultural. A burguesia constrói a sua hegemonia interna a partir da desigualdade requerida/resultada da *dupla articulação*, de forma que a hegemonia burguesa se apresentará em:

[...] dois pólos: um interno, representado por

classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades ‘patrióticas’ e ‘democráticas’ ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada ‘comunidade internacional de negócios’ (FERNANDES, 2006, p. 144).

Ao analisar o processo da integração brasileira ao mercado mundial no Pós Segunda Guerra Mundial, sob o jugo do imperialismo estadunidense, Marini (2012) destaca que a dependência, como modalidade particular de integração, assegura às economias centrais a drenagem de parte da extração de sobretrabalho (mais valia), produzida neste território. A vinculação estrutural dependente cria uma dinâmica que sintetizamos, a partir das colocações de Marini (2012), nos seguintes pontos: 1) transferência de valor dada à desigualdade na composição orgânica do capital entre a periferia e os países centrais; 2) subordinação das economias dependentes as regras econômicas das economias centrais; 3) disputa entre as classes dominantes pelo excedente econômico que permanece no país; 4) superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação das perdas externas.

*Cooperação antagônica*⁸ é a categoria usada por Marini (2012) para explicitar esse pacto contraditório entre as burguesias nacionais no Brasil e as imperialistas. Os interesses em disputa entre os capitais dos países imperialistas e dos países dependentes não diferem da máxima consigna de sua atuação hegemônica (o lucro máximo), tendência que intensifica historicamente o teor da extração da mais-valia. Nesse sentido, a relação de dependência não se constitui como ponto de ruptura entre distintos interesses, uma vez que estes são

8 Tal categoria foi cunhada pelo marxista alemão August Thalheimer com a qual buscou demonstrar que a integração imperialista desenvolve as contradições intrínsecas ao capital e que, ainda que a necessidade de auto defesa das economias imperialistas na contemporaneidade não leve a rupturas que culminem em guerras como nos períodos anteriores, outras formas de conflitos emergem dessa relação.

convergidos em prol da manutenção do poder econômico geral (THALHEIMER, 2012).

Para Marini (2012, p. 112), os conflitos entre o império e os países dependentes:

Ainda que não cheguem à hostilidade (guerra) e tenham que se manter num processo de cooperação antagônica, obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício daquilo que pode destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

A *cooperação antagônica* explicita o movimento das burguesias sob a integração imperialista, expõe, portanto, as contradições que, de modo geral, apontam para a própria negação de tal integração. Tais contradições e conflitos apresentam, segundo Marini (2012): 1) nas lutas entre os setores internos e externos e dentro dos próprios setores (agrícola x industrial, latifundiários x camponeses, empresários x operários, etc.); 2) no momento de remuneração do capital estrangeiro, o qual levará ao choque entre os setores externos e internos devido à diferença cambial e pressionará o fortalecimento do setor de exportação para gerar as divisas necessárias; 3) introdução de tecnologia como investimento direto de capital, dada às necessidades de os países imperialistas exportarem sua tecnologia absoluta e a incapacidade da periferia de importar, em outros termos, o que acelera a desnacionalização e a própria integração.

PROCESSOS CENTRAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DEPENDENTE DA AMÉRICA LATINA⁹

A partir das últimas quatro décadas do século XIX, a dominação externa, resultante do pacto contraditório entre as burguesias

⁹ Neste sub-tópico, dados os limites deste trabalho, apresentamos um breve apanhado histórico sobre este processo, o qual necessita ser estudado com mais profundidade, em especial no que tange as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Temos, além dos autores citados no texto, outros importantes estudiosos que trazem de forma mais aprofundada diversos elementos deste debate, entre os brasileiros: Moniz Bandeira (Presença dos Estados Unidos no Brasil); Reinaldo Gonçalves (Diversas obras); em nível de América Latina temos a importante leitura do mexicano Jonh Saxe Fernandez (dentre outras, Globalización: Crítica a un paradigma), do brasileiro Carlos Eduardo Martins (Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina), e, ainda, do já citado James Petras (Imperialismo e Luta de classes no mundo contemporâneo).

nacionais e internacionais, ganhou novas roupagens estruturadas em velhos processos. Após as Independências formais, consolidaram o movimento concreto para o estabelecimento das dependências reais. As transformações do capitalismo na Europa e o jovem protagonismo de uma ex-colônia inglesa – Estados Unidos da América -, com o surgimento da grande indústria, provocaram novas formas de articulações das economias capitalistas dependentes da América Latina, subordinadas à lógica de funcionamento da economia mundial sob o poder dos monopólios sediados nas economias capitalistas centrais.

Essa nova fase da dominação externa, consolidou o capitalismo dependente latino-americano como realidade histórica e estrutural nos séculos XIX, XX e XXI, e estabeleceu-se de modo que todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais eram convertidas em negócios – via Estados Nacionais (FERNANDES, 1975). No entanto, as contradições inerentes ao pacto contraditório entre economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas encaminham sempre para a exigência de mudanças ou ajustes nesse pacto. Marini (2012, p. 114) explica que:

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua ambigüidade e impõe um dilema entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando rumo à ruptura (MARINI, 2012, p.114).

Para Marini (2012) o que aconteceu em 1964 no Brasil foi uma resposta a um ponto de incongruência na *cooperação antagônica* que não levou à ruptura, mas, sim, à integração imperialista. Esse processo foi conduzido de forma consciente pela burguesia nacional que aceitou os termos da nova fase de integração imperialista - após duas grandes guerras mundiais e uma crise econômica (1929) - e a penetração massiva do capital monopolista para manter seus privilégios, que teve graves consequências, não apenas para a sociedade brasileira, mas para a América Latina como um todo. As consequências dessa integração terão impactos sobre toda a organização societária, nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, consagrando a dominação externa e o bloqueio à autonomia nacional.

Vale retomar alguns dos processos da relação desigual entre dependência/imperialismo para melhor elucidar a dinâmica desta integração. As mudanças consolidadas a partir da década de 1960 no Brasil e, em toda a América Latina, correspondem às mudanças estruturais no processo de acumulação do capital em âmbito mundial em fins da Segunda Guerra Mundial. Neste marco, os EUA detinham a aparente possibilidade inquestionável de liderar sozinho o palco mundial de reestruturação capitalista, centrado numa pesada indústria armamentista de guerra. Voltando-se para as economias européias, o objetivo era recuperar o poder de consumo e a industrialização, liderada pelo capital tecnológico norte-americano. Para a periferia mundial, deveria ser desenvolvido um plano de financiamento que contribuísse na promoção de uma nova onda de industrialização substitutiva de importações de capitais norte-americanos que garantisse à recuperação das taxas de lucro dos mesmos em território estrangeiro (SOUZA, 2009).

Neste contexto, os EUA puderam reestruturar o padrão monetário internacional, tornando o dólar o grande lastre do comércio exterior. Além da promoção de uma ampla inovação técnico-científica dentro do País, acelerando à produtividade do trabalho com a incorporação de máquinas cada vez mais automatizadas, o que resulta na possibilidade de usar suas máquinas absoltas para a industrialização tardia da periferia, em particular da latino-americana, garantido que essa região mantivesse o volume de exportação primária necessária aos interesses dos capitais monopolistas estadunidenses. Neste contexto, de acordo com Fernandes (2006), nas décadas de 1950/60 o Brasil recebeu um vultoso volume de investimento direto estrangeiro de empresas transnacionais norte-americanas, o que conduziu ao avanço na industrialização pesada, orientado, não mais pela substituição de importações, e, sim, pelo investimento estrangeiro direto, processo resultado de uma estrangeirização de muitos setores produtivos, o qual permitiu a essas grandes empresas um posterior lucro extraordinário.

Ainda neste contexto, a rápida reestruturação da Europa e do Japão, conduziu a retomada da disputa concorrencial, comandada pelo capital monopólico japonês e alemão, que ressurgiram como potências no cenário mundial capitalista e abalaram a hegemonia

dos EUA conquistada no Pós Segunda Guerra. De modo que a concorrência entre os capitais ganha um caráter ainda mais predatório e o governo dos EUA intensifica o avanço sobre toda a América Latina, intensificando a dependência dos países da Região com relação às empresas transnacionais (SOUZA, 2009).

O abalo da hegemonia norte-americana pela ascensão alemã e japonesa explicitou o esgotamento do padrão de reprodução ampliada do capital estruturado no Pós Segunda Guerra até os anos 1970, comandado pelos EUA. A crise que se aguça a primeira metade desta década, decorrente da queda na taxa de lucro dos capitais monopólicos centrais, foi a primeira crise com abrangência mundial, desde a grande depressão de 1929, e expressou a conexão internacional via empresas monopólicas transnacionais, com intensas repercussões em todo o mundo, bloqueando as possibilidades de recuperação do ritmo anterior de crescimento das principais economias industriais.

Os volumes expressivos de capitais produtivos estrangeiros, buscando uma maior integração do mercado mundial nos anos de 1950 e 1960 são investidos no Brasil, assim como em outros países da América Latina. Nos anos 1970 passam a ser revertidos, deixando esses países numa situação de grande vulnerabilidade externa, dado que em meio à crise mundial, houve uma queda expressiva nas importações de produtos primários, e o respectivo aumento nas remessas líquidas de lucro da periferia para os centros, em correspondência ao capital estrangeiro investido. Neste processo, acentua-se o caráter predatório do capital monopolista que, em busca de se recuperar da crise, demarca para a América Latina um novo caráter da dependência.

Com a reconfiguração da dependência frente à crise de acumulação do capital, não só se reproduz o processo anterior de intercâmbio desigual, como também evidencia o caráter inerentemente desigual do modo de produção capitalista, centrado na dinâmica dos capitais transnacionais centrais. O avanço do capitalismo monopolista, a partir de então, só se aprofundou seguindo todos os ditames da política imperialista que, após a crise da década de 1970, intensificou mundialmente seus mecanismos de dominação assentando-se no neoliberalismo.

Como mostra Toussaint (2002), o processo desenrolado neste contexto colocará os países periféricos numa situação cada vez mais irreversível, frente ao estrangulamento conduzido pelas grandes corporações monopolistas. O resultado da mais intensa concentração de capital nos países do norte, à custa de uma maior vulnerabilidade externa das economias do Terceiro Mundo, é a acentuação da dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, resultante para a periferia do sistema na absorção das orientações políticas, comandadas, desde os centros imperialista, conduziu para um endividamento sem precedentes das nações periféricas.

A dívida externa torna-se central para a nova reorganização mundial do capital monopólico transnacional. Na ofensiva neoliberal, a forma mais rebuscada nos trâmites legais da economia política reforça a pilhagem, através da aparência de cooperação internacional. Como mostra Toussaint (2002), a dependência, via estrangulamento externo, é uma volta ao passado, na época em que no período colonial a acumulação primitiva teve como centralidade a pilhagem colonial. A dívida pública¹⁰ não é uma novidade para a América Latina, ao contrário, na relação desigual com os países tecnologicamente desenvolvidos, a histórica da região é permeada pela dívida desde os processos de (in) dependências nacionais. A América Latina cumpre, ao longo dos séculos, o papel de revitalizar as economias centrais, frente à dinâmica desigual de composição do comércio internacional, manifesta em várias formas nos distintos períodos históricos, mas sempre mantendo e intensificando o conteúdo dessa dinâmica, que é a transferência de valor.

¹⁰ De acordo com Toussaint (2002) origem da crise da dívida do Terceiro Mundo deve ser buscada, portanto, nos mecanismos estruturais do desenvolvimento desigual mundial entre centro e periferia. Entre alguns elementos centrais, na década de 60 em que a dívida salta de 21,5 bi de dólares para US\$ 47 bilhões e de 71 a 78 salta para US\$ 70 bilhões: o nascimento do mercado dos eurodólares; o aumento dos empréstimos em dólar pelos bancos americanos; a era dos petrodólares e o início da desregulamentação que permitiria a livre mobilidade de capital do norte rumo ao sul – empréstimo – e do sul rumo ao norte – pagamento da dívida. Na chamada década perdida os empréstimos subsidiaram a retomada das economias primário exportadoras, sob o controle do capital transnacional monopolista, em que a deterioração dos termos de troca para a periferia era visível. Isto, ligado à estruturação dos mega-projetos de infra-estrutura na periferia, gerou o estrangulamento financeiro dos países endividados, dado o aumento substantivo dos juros e da inflação no interior destes países. Na década de 80 a dívida externa do terceiro mundo alcança a cifra de 530 bilhões de dólares, em 2000, chega a US\$ 2 trilhões.

DUPLA ARTICULAÇÃO DEPENDENTE E COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA: APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA E PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE NA ERA NEOLIBERAL

A era neoliberal acentuou a política predatória do capital monopolista, em particular, estadunidense sobre a toda a América Latina. Tal política tomou uma forma ainda mais definida no ano de 1989, pelo chamado Consenso de Washington. Esse consenso demarcou, em pleno ano da destruição do Muro de Berlim, a ideia de via única e hegemônica do capital sobre as ruínas do socialismo real, o que para toda a América Latina teve desdobramentos imediatos. De acordo com James Petras (1997),

O fim da Guerra Fria reforçou em Washington o impulso para consolidar seu imperialismo informal na América Latina. Além disso, o declínio relativo da posição mundial ocupada pelos Estados Unidos, especialmente seu deslocamento na Europa para a Alemanha, e na Ásia, para o Japão, intensificou os esforços de Washington para assegurar o seu domínio favorito de exploração, lucros e pagamento de juros: a América Latina (PETRAS, 1997, p. 27).

As manobras de Washington em 1989 marcaram, na América Latina, a nova forma de subserviência da burguesia nacional (agrária e industrial) aos mandos protocolares impostos pelo imperialismo estadunidense. Para Paulo Nogueira Batista (1994), o Consenso significou a ratificação sistemática das recomendações que os organismos representantes do capital internacional, como o Banco Mundial, já vinha impondo aos países latinos. A partir dessas recomendações, os Estados nacionais deviam se ajustar aos interesses imperialistas de tal maneira que, até mesmo, a capacidade de decisão nacional foi comprometida, isso expressa somente a continuidade dos termos contraditórios que sustentam as relações de dependência.

Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e à conveniência de se transferir essa grave responsabilidade a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios.

Não se discutia mais apenas, por conseguinte, se o Estado devia ou podia ser empresário. Se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal. Começou a se pôr em dúvida se teria o Estado competência até para administrar responsabilmente recursos naturais em seu território, sempre que, como no caso da Amazônia, viessem a ser considerados em nome do equilíbrio ecológico mundial, um 'patrimônio da humanidade'. Caso em que esses recursos naturais estariam sujeitos, em princípio, a no mínimo um regime de co-gestão com participação de organismos multilaterais e de organizações não governamentais dos países desenvolvidos (BATISTA, 1994, p. 9).

Conforme mostra Batista (1994), no Brasil as políticas foram tão prontamente acatadas pela burguesia nacional, a ponto de o máximo representante do setor industrial – FIESP – validar as recomendações, feitas pelo Banco Mundial em 1989, de se revalorizar a agricultura de exportação no país. Em outras palavras, o setor industrial deu anuência ao processo de reversão industrial, aceitando que a economia do país passasse a dar centralidade às mesmas atividades que, até a recente década de 1950, eram o carro chefe da economia nacional. Na virada para o Século XXI, as receitas neoliberais estavam implementadas e consolidadas, o que veio subsequente, apesar das aparências, só demonstra o quão amarrado está o pacto contraditório entre as classes dominantes nacionais e internacionais.

Dentre outras muitas mudanças impostas pelo pacote neoliberal aos rumos da nação, a reprimarização da economia¹¹ e a grande centralidade que se deu à exportação de commodities agrícolas e minerais pós 2002, para atender aos interesses do mercado mundial e fortalecer o poderio dos setores, historicamente

11 Em meio à imposição da abertura comercial pela política neoliberal protagonizada pelos EUA como afirma James Petras (1997), a reprimarização corresponde ao processo de desmonte da nacionalização industrial para uma estratégia de exportadora regulada em nível internacional. Desse modo se prioriza a produção para exportação de alguns produtos especializados ao invés da fabricação de produtos para o mercado interno.

dominantes, e suas parcerias estrangeiras, explicita exatamente as relações expressas pelas categorias: *dupla articulação dependente* e *cooperação antagônica*. Isso mostra, infelizmente, que a história se repete e se repetirá, enquanto as classes exploradas e oprimidas pelas relações hegemônicas não encaminharem uma ruptura radical. O atual emaranhado de ações perversas das classes dominantes no país por meio do Estado mostra o quanto à manutenção das vantagens dessas classes sobre a população geral exige processos cada vez mais antidemocráticos, cujas manobras escancaram as lacunas e a fragilidade da democracia burguesa sob o capitalismo dependente.

A consequência da dinâmica dependente latino-americana, estruturada pela articulação dependente e a *cooperação antagônica*, é a perpetuação da condição de parceiro menor de capital hegemônico mundial e de todas as iniquidades a ele inerentes. Processo que expõe a lógica interna de movimentação da burguesia nacional, frente a suas reais limitações de posicionamento externo. Dessa situação gerou uma letargia na ação da burguesia nacional, uma vez que não há movimentos das classes dominantes internas, no sentido de romper a subordinação à qual é submetida, ao contrário, a ação histórica da burguesia conduz sempre a um aprofundamento dessa situação. Para Marini (2012), bem como para Fernandes (2006), o que explica a acomodação das classes burguesas, perante os termos de integração impostos pelo imperialismo, é a possibilidade de manter suas próprias vantagens frente a esse processo. Conduzem o Estado Nacional em direção a seus interesses comuns, de modo que o potencial político e econômico do Estado convertem-se num mecanismo de proteção dos interesses dominantes. Assim, procuram evitar conflitos suficientemente fortes a ponto de impor uma mudança estrutural nas relações de poder. Externamente, a supremacia militar e econômica dos EUA força, de forma velada ou aberta, a existência de tal situação.

De acordo com Fernandes (2006), dependência e subdesenvolvimento, como faces de uma mesma moeda, não foram somente “[...] impostos de fora para dentro” (FERNANDES, 2006, p. 262). Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da “evolução” do capitalismo,

na qual as classes dominantes dimensionam o desenvolvimento capitalista que pretendem, construindo, por seu próprio interesse, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. Tais contradições encaminham para mudanças e ajustes dentro do pacto contraditório, de modo a garantir sempre a extração e a drenagem da mais valia da periferia para o império.

Os processos históricos de dominação de classe no Brasil, que se agudizam à medida que a valorização do capital exige o aprofundamento das relações, sustenta-o e se reproduzem a partir daquilo que Florestan (2008) já enumerara como três realidades estruturais diversas e interligadas, as quais se perpetuam atreladas ao desenvolvimento capitalista dependente:

1) *Concentração de renda, prestígio social e poder*: nesse ponto, ainda que no período recente, de 2002 a 2013, toda a América Latina tenha alcançado uma redução da desigualdade em termos monetários, não foi o suficiente para alcançar de fato uma maior igualdade, pois a desigualdade de renda entre os mais pobres e os mais ricos da região, mesmo neste período, ainda manteve a região como a mais desigual do planeta, conforme aponta o relatório da OXFAM (2016a). Tal relatório mostra que neste período a concentração da riqueza também foi enorme “De 2002 a 2015, a fortuna dos bilionários da América Latina e do Caribe cresceu a um ritmo médio de 21% ao ano, um crescimento seis vezes superior ao do PIB de toda a região — que foi de 3,5% ao ano — e 6% maior que o aumento da riqueza do restante do mundo” OXFAM (2016a, p.10). Mostra também que pós 2013 houve uma queda na redução da desigualdade, ao passo que a concentração só aumentou e em 2014, os 10% mais ricos da região acumulavam 71% da riqueza e do patrimônio;

2) *Coexistência de estruturas econômicas, sócio-culturais e políticas distintas, o que implica na existência permanente de uma exploração pré ou extra capitalista*: Marini, ao falar da superexploração da força de trabalho como mecanismo estrutural de sustentação das relações de dependência, alerta para os aspectos sociais e políticos da mesma. Assim, segundo ele, há de se considerar também as desigualdades regionais dentro do país e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais. Tais

implicações, exemplificam-se desde o alto índice de informalidade do trabalho - em 2016, dos 90,5 milhões de ocupados, apenas 34,3 eram empregados com carteira assinada no setor privado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) – passando pelas formas brutais superexploração e opressão em setores que mesclam mecanismos ultramodernos e formas arcaicas de extração de mais-valia absoluta¹², até a permanência crescente do trabalho escravo - sendo que, de acordo com a CPT(2016)¹³, entre 2007 e 2015 foram denunciados 30.291 casos de trabalho escravo apenas no campo, 18.966 foram confirmados e os trabalhadores libertados, destes, 419 eram menores de idade. Muitos deles viviam sofrendo ameaça, violência, contaminação por agrotóxicos, etc;

3) *Exclusão [formal e inserção precarizada real] de uma ampla maioria dos trabalhadores da ordem econômica, social e política existente: no âmbito mundial, 1% dos sujeitos mais ricos controla o mesmo volume de riqueza que 99% dos mais pobres (OXFAM, 2017). A lacuna entre os muito ricos, cuja fortuna é feita à custa da superexploração dos muito pobres, é sustentada pela concentração da riqueza, da renda, das terras e dos recursos produtivos. Monopólio esse que é assegurado por relações conservadoras e patriarcais, acentuadas dentro deste quadro pelas desigualdades de gênero e raça/etnia, as quais colocam a população rural numa situação ainda mais perversa (OXFAM, 2016a; 2016b). No Brasil, exemplo disso, é todo o poderio dos setores ruralistas no meio político. Podemos entender esse fato, como forma de manter todos os mecanismos necessários para a perpetuação dos seus privilégios (do 1% da população que detém 99% do volume de riqueza) em detrimento do resto da sociedade, conforme denuncia o relatório da OXFAM (2016b), ou, por outro lado, o encarceramento em massa sob a escusa da “guerra o tráfico”, que, na verdade, é a guerra à população pobre e, principalmente, pobre e negra deste país, onde a população*

12 Exemplo disso é a combinação de tecnologia e força de trabalho barata nos setores sucroalcooleiro, da produção têxtil, entre outros, onde a extensão da jornada de trabalho e a intensificação brutal da realização do trabalho manual são os mecanismos impostos, pelos baixíssimos salários e o caráter sazonal das atividades, para que as empresas de ditos setores se apropriem ao máximo do excedente do trabalho e compensem suas perdas na concorrência com os países onde há a massiva introdução da tecnologia na produção. Sobre tais mecanismos no setor sucroalcooleiro, ver Souza (2016).

13 Comissão Pastoral da Terra. <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

carcerária mais que triplicou desde a recente virada do século e em 2014, os dados indicam que o número de presos já ultrapassava meio milhão de pessoas¹⁴. Quanto mais a classe dominante monopoliza o poder, mais há a necessidade de empreender uma política de insegurança social e de “castigo aos pobres”, conforme explicitou Wacquant (2010).

APONTAMENTOS FINAIS

Buscamos pontuar como os estudos de Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini contribuem para o entendimento das atuais condições de dependência vividas na realidade brasileira e latino-americana, com base nas contradições que emergem da reprodução do capitalismo tardio em geral e dependente em particular. Enfatizamos que o conjunto das obras destes dois grandes intelectuais e políticos brasileiros são primordiais para compreendermos a realidade que nos cerca. Em especial, após a ditadura, momento que exigiu desses sujeitos um posicionamento efetivo sobre o que e quem defender, pois a opção de classe de cada um dos intelectuais da época foi explicitada. Nesse cenário, a academia foi obrigada a dar um salto na dimensão de compreensão e ação sobre a política cotidiana, o que ocorreu mesmo sob o exílio da maioria dos intelectuais críticos à ordem. Salto este que precisa ser retomado e continuado na atualidade, onde o esvaziamento político da academia explicita a vitória conservadora da ordem burguesa que se mantém entranhada nas universidades e nos espaços políticos em geral.

Ao elencar as categorias *dupla articulação dependente* e *cooperação antagônica*, trabalhadas, respectivamente, por Fernandes e Marini há mais de quatro décadas, podemos ver o quanto, ainda hoje, elas explicitam o novo-velho processo de sujeição às condicionantes internas do capitalismo dependente, definidas externamente e nos permitem demonstrar as implicações econômicas, políticas e sociais da dialética da dependência.

A *dupla articulação dependente* e a *cooperação antagônica* definem a forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade e a própria base do ciclo reprodução da economia capitalista dependente: a superexploração da força de trabalho.

¹⁴ Sobre o tema ver: Pellegrini (2015a; 2015b).

[...] na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente econômico produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil, já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil (MARINI, 2012, p. 67).

Diante disso, de acordo com Fernandes (2006, p. 292),

[...] se as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da *dupla articulação*, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais (FERNANDES, 2006, p. 292).

Este padrão de desenvolvimento enraizado na dependência, ainda século XXI, ao se acomodar sobre as velhas iniquidades econômicas, sociais e políticas, acentuou-as e gerou novas formas dramáticas e desumanas, de apropriação da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. Ao constituir o desenvolvimento capitalista periférico – dependente - como fonte permanente de acumulação originária presente na própria acumulação de capital, a dominação externa impôs aos trabalhadores a convivência permanente com a superexploração da força de trabalho e com o pagamento dos custos exorbitantes do desenvolvimento capitalista dependente. A apropriação externa das riquezas resultantes da realização do trabalho é “[...] agora não só do excedente econômico, mas de todas as riquezas e de todas as forças econômicas vivas, reais ou potenciais, materiais ou humanas, essenciais ou secundárias” (FERNANDES, 2006, p.317).

O conturbado processo político, a que está sujeitada toda a sociedade brasileira nos últimos tempos, escancara a continuidade do pacto contraditório entre classes dominantes. Isso encaminhou

o país para um processo onde a política e a economia se aprofundam na incerteza do quão grande será o custo desse pacto. Passado o aparente domínio de si trazido pelo chamado “neodesenvolvimentismo” – leia-se processo de aprofundamento da dependência e da subordinação ao capitalismo financeiro internacional (TRASPADINI, 2016) - o país foi imerso em uma crise política e econômica que, a partir das nossas referências, só podemos apontar como sendo mais um momento de incongruência na *cooperação antagônica*, de modo que os que detêm o poder se deparam com os conflitos inerentes ao pacto contraditório que o sustenta.

O que assistimos atualmente é outro momento onde os conflitos podem encaminhar para mudanças, no entanto, tragicamente, o que está no horizonte da luta de classes no Brasil é um novo reajuste das classes dominantes aos termos, cada vez mais perversos, do capital financeiro internacional. O contrário, uma ruptura radical, depende da organização e da força política da classe que historicamente é prejudicada pelos pactos contraditórios à classe trabalhadora. No entanto, como adiantamento da solução de conflitos, o esvaziamento político da organização popular no país, acentuado pelo aprofundamento da superexploração, pela marginalização social e cultural e pela repressão e criminalização dos movimentos sociais, colocou, nos últimos anos, a classe trabalhadora numa situação tão inerte, que assistimos ao absurdo da realidade sem nenhuma capacidade real de enfrentamento imediato. Assim, todas as manobras das classes dominantes para se ajustarem aos termos impostos pelo capital financeiro e manterem seus privilégios acontecem perante as nossas vistas e sabemos que os custos econômicos, sociais e políticos desse processo serão muito maiores do que os dos ajustes anteriores, quando Fernandes já apontava que.

[...] o ‘momento de predominância estrangeira’ não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto).[...] a drenagem se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado Nacional

são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa da agricultura, da criação, da mineração ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados direta ou indiretamente a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado mundial (FERNANDES, 2006, p. 319).

No entanto, como exposto por Marini (2012), a *cooperação antagônica* é contraditória não apenas porque é desigual entre as classes que a constitui, ela é contraditória, sobretudo, porque o interesse máximo do capital é a extração de mais valia para sua autovalorização, o que implica dizer que o conflito maior é sempre entre trabalhadores e capitalistas. Como afirmou Florestan (2006, p. 324), “[...] o conflito reprimido e encoberto nem por isso deixa de existir e estar presente nas estruturas e nas relações de classe [...]”, o que significa que o nosso pessimismo com a mudança nesta realidade é tão utópico quanto é a certeza da burguesia de que poderá perpetuar seus privilégios até o fim da história. Retomar o debate sobre o passado-presente da dependência significa não perder de vista às contradições que perpetuam a subordinação e miséria dos povos latino-americanos e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos esforços teóricos e políticos que encaminhem para a sua superação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Programa Educativo Dívida Externa (PEDEX), 1994. (Caderno Dívida Externa, n. 6). Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Agosto/2016. Brasil: IBGE, 30 set. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Comentarios/pnadc_201608_comentarios.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. Tradução: Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et al. (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo: 2012.

OXFAM. **Uma economia para os 99%**. São Paulo, 16 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>>. Acesso em: 27/12/2017.

OXFAM. **Privilégios que negam direitos**: Desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe. São Paulo, 2016a. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/privilegios-que-negam-direitos>>. Acesso em: 27/11/2017.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade**: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. São Paulo, 2016b Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>>. Acesso em: 27/11/2017.

PELLEGRINI, Marcelo. O governo Dilma é extremamente repressivo. **Carta Capital**, São Paulo, Entrevista com Paulo Malvezzi, 26 fev. 2015a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-dilma-e-extremamente-repressivo-4045.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PELLEGRINI, Marcelo. A guerra às drogas resultou em um genocídio e prisões em massa. **Carta Capital**, São Paulo, Sociedade, 24 abr. 2015b. <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-as-drogas-resultaram-em-um-genocidio-e-prisoas-em-massa-4739.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PETRAS, J. “Os fundamentos do neoliberalismo”. In: RAMPINELLI, Waldir J.; OURIQUES, Nildo D. (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1997.

SOUZA, C.L.S. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES/PPGPS, 2016.

SOUZA, N.A. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

THALHEIMER, August. **Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial: 1946**. Tradução do alemão por: SAP. Centro de estudos Victor Meyer [online], jan. 2012. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Linhas-e-conceitos-basicos-da-politica-intern.-apos-a-II-guerra.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida: A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (Doutorado e, Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

WACQUANT, Loïc. **Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social**. Tradução: Margarita Polo. Barcelona: Gedisa, 2010.